

"Art.67-A .

I - acompanhar a legislação relacionada às atividades desenvolvidas pela Seção;

II - realizar, quando da análise das planilhas de formação de preços, a adequação à legislação vigente notadamente quanto às questões trabalhistas, previdenciárias e tributárias;

IV - indicar diligências necessárias ao saneamento dos processos de pagamentos;

IX - elaborar planilha com os cálculos das glosas trabalhistas na contratação, repactuação e a cada aditivo contratual, informando à gestão contratual;"

V - incluir o inciso XVII, ao art. 66; os incisos XVI e XVII, ao art. 67; e o inciso XIII, ao art. 67-A, todos da Resolução TRE/AL nº 15.904/2018, com as seguintes redações:

"Art. 66 ..

..

XVII - realizar no SIAFI a regularização dos depósitos efetuados na conta única.

.

Art. 67 .

.

XVI - auxiliar as unidades do Tribunal em dúvidas sobre interpretação de normas, princípios e procedimentos contábeis, bem como de dúvidas quanto às classificações contábeis;

XVII - monitorar os saldos de contas de compensação, tais como: as de contratos, garantias, cauções, bem como as retenções trabalhistas, prestando informação sempre que solicitado.

Art. 67-A .

.

XIII - fazer a verificação da conformidade de registro de gestão dos documentos que emitir no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), ou qualquer outro utilizado para o mesmo fim, ligado às tarefas desenvolvidas na Seção, de acordo com as normas estabelecidas e vigentes."

Art. 2º Ficam revogados os incisos II e III, do art. 66; e X, do art. 67-A, todos referentes à Resolução TRE/AL nº 15.904/2018.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da publicação.

Sala de Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, em Maceió/AL, aos 01 dias do mês de agosto de 2022.

Des. OTÁVIO LEÃO PRAXEDES

Presidente

## **PROCESSO ADMINISTRATIVO(1298) Nº 0600289-49.2022.6.02.0000**

PROCESSO : 0600289-49.2022.6.02.0000 PROCESSO ADMINISTRATIVO (Maceió - AL)

**RELATOR** : **Relatoria Presidência**

Destinatário : Destinatário para ciência pública

FISCAL DA LEI : MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

INTERESSADO : PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO (1298) - 0600289-49.2022.6.02.0000 - Maceió - ALAGOAS

**RESOLUÇÃO Nº 16.247**

(01/08/2022)

*Institui a Comissão de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas, referente às Eleições Gerais de 2022, nos termos do art. 55, da Resolução TSE nº 23.673/2021, e dá outras providências.*

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS, no exercício de suas atribuições legais; CONSIDERANDO a necessidade de realização de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas e de verificação de autenticidade e integridade dos sistemas nelas instalados; CONSIDERANDO o disposto nos capítulos IV, V e VI, da Resolução TSE nº 23.673/2021; CONSIDERANDO que a implementação deste procedimento tem por objetivo demonstrar a segurança e a lisura do sistema de votação eletrônica; CONSIDERANDO o que se registrou no Processo Eletrônico SEI nº 0006775-58.2022.6.02.8000, RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica, com a seguinte composição:

I - Dr. Hélio Pinheiro Pinto, juiz de direito, que atuará como Presidente da Comissão;

II - Renata Figueiredo Ataíde, servidora lotada na Corregedoria Regional Eleitoral, que atuará como secretária da Comissão;

III - Taciana Patrícia Alcício Silva Rodrigues, servidora lotada na Secretaria Judiciária;

IV - Josivane Soares dos Santos, servidora lotada na Secretaria de Tecnologia da Informação;

V - Sâmia Coêlho Tenório, servidora lotada na Secretaria Judiciária;

VI - Helenalba Silva Moura Menezes, servidora lotada na Seção de Contas Eleitorais e Partidárias;

VII - Luciana Wander de Oliveira Melo, servidora lotada na Secretaria de Administração;

VIII - Katherine Maria Ferro Gomes Teixeira, servidora lotada na Secretaria de Gestão de Pessoas; e

IX - Maria de Lourdes Gomes Leite de Souza, servidora lotada na Secretaria de Tecnologia da Informação.

Art. 2º A Comissão de Auditoria de Votação Eletrônica desenvolverá suas atividades em estrita observância às regras contidas na Resolução TSE nº 23.673/2021.

§ 1º Cumpre à Comissão de Auditoria de Votação Eletrônica empreender todos os esforços, objetivando que juízas e juízes eleitorais, servidoras e servidores desta Justiça especializada, representantes do Ministério Público Eleitoral e demais interessados nas Eleições 2022 conheçam efetivamente o regramento estabelecido na Resolução TSE nº 23.673/2021.

§ 2º A Comissão de Auditoria de Votação Eletrônica deverá fornecer todo o suporte às Zonas Eleitorais cujas seções eleitorais tenham sido sorteadas para a auditoria, fornecendo-lhes as informações necessárias à simplificação do procedimento de fiscalização.

Art. 3º O Juiz Presidente da Comissão de Auditoria de Votação Eletrônica fará jus, pelo exercício da função eleitoral, ao recebimento da gratificação prevista no art. 2º da Lei nº 8.350/1991, com a redação dada pela Lei nº 11.143/2005.

Art. 4º A Procuradoria Regional Eleitoral indicará 1 (um) representante do Ministério Público para acompanhar os trabalhos da Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica.

Art. 5º As entidades fiscalizadoras mencionadas no art. 6º, da Resolução TSE nº 23.673/2021, poderão indicar representantes para acompanhar os trabalhos da Comissão.

Parágrafo único. As entidades fiscalizadoras poderão impugnar, justificadamente, os nomes das pessoas designadas para compor a Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica, no prazo de 3 (três) dias, contados da publicação desta Resolução no Diário da Justiça Eletrônico deste Tribunal.

Art. 6º O Presidente da Comissão de Auditoria de Votação Eletrônica promoverá o sorteio das seções eleitorais de que trata o artigo 57, da Resolução TSE 23.673/2021, entre as 9 e as 12 horas do dia 1º de outubro de 2022, no primeiro turno, e do dia 29 de outubro de 2022, no segundo turno, se houver, em local previamente divulgado.

Art. 7º A Comissão convocará, entre as servidoras e os servidores do Tribunal, a equipe de apoio que a auxiliará na viabilização dos procedimentos de auditoria da votação eletrônica.

Art. 8º Caberá à Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica:

I - convocar os partidos políticos, federações partidárias e coligações, a Ordem dos Advogados do Brasil, as entidades representativas da sociedade e o público em geral para acompanhar os trabalhos de auditoria das urnas eletrônicas;

II - credenciar os(as) representantes de partidos políticos, federações de partidos ou coligações e os(as) representantes da Ordem dos advogados do Brasil, bem como os(as) de entidades representativas da sociedade, para o acompanhamento dos procedimentos de auditoria das urnas eletrônicas;

III - proceder ao sorteio das seções eleitorais que serão objeto de auditoria no dia da Eleição, nos termos dos artigos 57 a 60 da Resolução TSE n. 23.673/2021, observando o seguinte:

a) 23 (vinte e três) seções eleitorais, por turno, sendo as 20 (vinte) primeiras urnas sorteadas submetidas ao teste de integridade das urnas eletrônicas e as demais, à auditoria mediante verificação da autenticidade dos sistemas eleitorais;

b) as seções agregadas não serão consideradas para o fim do sorteio de que trata este inciso;

c) para o teste de integridade das urnas eletrônicas, pelo menos uma seção eleitoral sorteadada será da Capital;

d) não poderá haver sorteio de mais de uma seção por Zona Eleitoral.

IV - informar o resultado do sorteio aos juízos eleitorais correspondentes às seções sorteadas, para que providenciem o transporte das urnas eletrônicas a serem auditadas no dia da eleição para o local previamente indicado pela Comissão, bem como para adoção das demais providências necessárias enunciadas nos arts. 61 e 62, da Resolução TSE n. 23.673/2021;

V - providenciar os meios para o recolhimento e a guarda das urnas eletrônicas sorteadas;

VI - informar aos partidos políticos, coligações e federações partidárias, e demais entidades fiscalizadoras, previamente à eleição, a possibilidade de designação de um representante para acompanhar o transporte das urnas sorteadas das Zonas Eleitorais para o Tribunal, arcando com suas respectivas despesas;

VII - informar aos partidos políticos, coligações e federações de partidos a data, o horário e o local da entrega das cédulas de votação em branco para preenchimento, bem como a data para sua devolução;

VIII - recolher e lacrar, na urna de lona, as cédulas previamente preenchidas, preferencialmente, pelos representantes dos partidos políticos, federações partidárias e coligações, e que serão utilizadas nos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas;

IX - realizar teste de todos os equipamentos de filmagem/gravação, bem como a simulação completa dos procedimentos a serem executados pelos servidores e servidoras que atuarão no evento (equipe de apoio e auxiliares);

X - providenciar para que os trabalhos de Auditoria de Votação Eletrônica, incluindo a preparação do ambiente e os procedimentos de votação, apuração e conclusão dos trabalhos, obedeçam ao estabelecido nos capítulos V e VI da Resolução TSE n. 23.673/2021.

Art. 9º A auditoria prevista no art. 53, inciso I, da Resolução TSE 23.673/2021, realizar-se-á no mesmo dia e horário da votação oficial.

Art. 10. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, em Maceió, aos 01 dias do mês de agosto do ano de 2022.

Des. OTÁVIO LEÃO PRAXEDES

Presidente